

Ministério do
Esporte



UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOS PROGRAMAS PELC, VIDA SAUDÁVEL E PELC PARA POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



Universidade Federal de Minas Gerais
Ministério do Esporte – SNELIS - CGEPEL

2016

PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOS PROGRAMAS PELC, VIDA SAUDÁVEL E PELC PARA POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

De acordo com as Diretrizes dos *Programas Esporte e Lazer da Cidade* (PELC), incluindo o *PELC para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais* (PCT) e *Vida Saudável* (VS), a formação configura-se como uma ferramenta pedagógica imprescindível para o desenvolvimento dessas propostas. Desde 2010, a formação desses programas vem sendo coordenada pela UFMG, por meio de uma Equipe gestora que conta com a atuação de profissionais qualificados, com conhecimento das especificidades do PELC e do VS.

O processo de revisão da proposta de formação do PELC, do PCT e do VS foi deflagrado no *Encontro de Formadores, Consultores, Orientadores e Articuladores Regionais* realizado em Vitória-ES no período de 12 a 14 de março de 2014.

Nessa oportunidade, foi realizada uma dinâmica de trabalho coletivo com o objetivo de revisar e reestruturar os parâmetros da formação de agentes sociais do PELC, VS e PCT. Essa proposta foi conduzida pela Equipe gestora/UFMG em conjunto com representantes do Ministério do Esporte, que mobilizaram discussões com os participantes do evento, divididos em três grupos:

- PELC - Coordenação: Prof. Silvio Ricardo da Silva
- Vida Saudável – Coordenação: Profa. Christiane Luce Gomes
- Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais - Coordenação: Prof. José Alfredo Oliveira Debortoli

Para dar continuidade às primeiras discussões realizadas pelos grupos, após o evento novos diálogos e estudos foram empreendidos no sentido de avançar a revisão dos objetivos e conteúdos de cada Módulo dos Programas – que, a partir do Edital 2013, passaram a ser em número de quatro: Introdução I, Introdução II, Avaliação I e Avaliação II.

Algumas dessas atividades foram realizadas a distância e envolveram a coordenação de cada grupo de trabalho e alguns formadores/articuladores regionais que haviam participado do trabalho em Vitória com afinidade e inserção temática em cada proposta. Esboçadas as linhas mais gerais de cada programa, novas discussões foram desenvolvidas com todo o grupo participante do evento de capacitação gerencial realizado em Brasília no período de 05 a 06 de junho/2014.

A partir da semana que se seguiu a esse evento, ainda em junho de 2014, os resultados dos estudos e discussões sobre a formação de agentes sociais dos programas PELC/PCT/VS foram compartilhados por e-mail com todas as pessoas envolvidas para que pudessem contribuir com o aperfeiçoamento final das propostas formativas. A síntese dos trabalhos foi apresentada na reunião realizada em Brasília, nos dias 25 e 26 de setembro de 2014, com formadores, articuladores, consultores, equipe do Ministério do Esporte e da UFMG.

Posteriormente, foram feitos novos estudos pela coordenação dos trabalhos na UFMG, no sentido de iniciar o processo de levantamento de material didático bibliográfico e audiovisual para fundamentar os conteúdos da formação delineados para os três programas: PELC, VS e PCT. Essa atividade teve continuidade em 2015 e em 2016, com o auxílio de todos os envolvidos com os programas para que o processo formativo continue sendo permanentemente aprimorado do ponto de vista didático e teórico-metodológico.

Os resultados desse processo estão especificados neste documento, conforme será apresentado a seguir.

Ministério do
Esporte



UF *m* G
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

PROPOSTA DE FORMAÇÃO DO PELC



Universidade Federal de Minas Gerais
Ministério do Esporte – SNELIS – CGEPEL

2016

1. O Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC

A formação presencial do PELC ocorre nos seguintes momentos: Módulo Introdutório I, Módulo Introdutório II, Módulo de Avaliação I, Módulo de Avaliação II e Formação em Serviço. Todas estas etapas possuem, parcialmente, objetivos e conteúdos próprios.

1.1 Módulo Introdutório I

O Módulo Introdutório I (MI I) é desenvolvido por Formadores do PELC e deve acontecer no final do 3º mês do período de estruturação do convênio ou do termo de cooperação do convênio, com carga horária de vinte e quatro (24) horas, distribuídas em três dias.

Deverão participar desse primeiro módulo os agentes sociais e coordenadores pré-selecionados. Tal módulo pode funcionar como um dos vários critérios para a contratação dos profissionais que atuarão no programa, o que deverá ocorrer na sequência do módulo de formação (a partir do 4º mês). Este módulo de formação deve reunir um número maior de agentes sociais do que o necessário, visando, assim, suprir eventuais desistências posteriores, elaborando-se uma lista de excedentes. Também deverão participar do Módulo Introdutório os demais atores envolvidos no convênio, como gestores e representantes da entidade de controle social, sendo o convite extensivo a autoridades políticas do município.

É importante frisar a necessidade de efetiva participação e frequência no módulo. No caso de uma frequência inferior a 70% dos agentes sociais e gestores inscritos, o encontro deverá ser suspenso e remarcado, cabendo as despesas desse novo processo à entidade conveniente.

Caso haja a necessidade de substituição de agentes sociais durante a execução do convênio, não havendo suplentes, a entidade deverá desenvolver uma formação específica, no mesmo modelo do módulo realizado anteriormente (objetivos, diretrizes, metodologia, dados sobre a realidade local e desafios).

A concepção metodológica aplicada tem base nos pressupostos da Educação Popular: estudo da realidade, organização do conhecimento e aplicação do conhecimento.

Objetivos do Módulo Introdutório I do PELC:

- Conhecer e refletir sobre a realidade local (comunidade, município e região);
- Apresentar a história, os princípios, as diretrizes, os objetivos e a operacionalização do PELC;
- Socializar o Planejamento Pedagógico do convênio aprovado pelo Ministério do Esporte;
- Oportunizar aos agentes sociais os conhecimentos básicos sobre concepção, diretrizes e objetivos do PELC, bem como esporte, lazer e possibilidades didático-metodológicas para intervenção;

- Destacar os princípios para a execução do Planejamento Participativo com vistas a subsidiar a construção do projeto político-pedagógico do convênio do PELC;
- Planejar e fornecer orientações detalhadas sobre as ações sistemáticas e assistemáticas do convênio, delineando a grade horária dos núcleos, observadas as cargas horárias dos agentes sociais e as diretrizes que preveem atividades diversificadas e em diversos turnos.

A partir dos objetivos apontados, são indicados como temas possíveis para a formação do módulo introdutório I, os seguintes:

- O Ministério do Esporte, a SNEIS e o PELC: constituição política e histórica;
- Identificação e análise da realidade local;
- A proposta do PELC e a realidade local;
- Cultura, Lazer e Esporte: conceitos e perspectivas;
- Planejamento participativo, organização do trabalho pedagógico e fundamentos teórico-metodológicos do programa, incluindo: composição/funcionamento do Conselho gestor e da Entidade de controle social; educação popular; organização dos núcleos, espaços e equipamentos; atividades sistemáticas e assistemáticas/eventos, grade horária e formação em serviço.

1.2 Módulo Introdutório II

O Módulo Introdutório II (MI II) deve acontecer no 6º mês de existência do convênio, ou seja, no 2º mês de desenvolvimento das atividades, com carga horária de vinte e quatro (24) horas, em três dias de atividades.

O módulo será desenvolvido por Formadores do PELC seguindo os objetivos, diretrizes e a metodologia do programa, os dados sobre a realidade local e os desafios vistos no Módulo Introdutório I.

Objetivos do Módulo Introdutório II do PELC:

- Aprofundar conceitos, diretrizes, princípios e objetivos desenvolvidos no Módulo I;
- Acompanhar o desenvolvimento das atividades sistemáticas programadas no Planejamento Pedagógico aprovado pelo Ministério do Esporte;
- Acompanhar o desenvolvimento das atividades assistemáticas planejadas no Módulo I e durante o convênio;

- Reforçar a importância do Planejamento Participativo com vistas a subsidiar a construção do projeto político-pedagógico do convênio do PELC;
- Destacar o papel do agente social como agente de inclusão e transformação social.

São temas pertinentes à formação do MI II do PELC:

- Revisão e aprofundamento dos temas do MI I: Esporte, Lazer e Políticas públicas; Animação sociocultural;
- Práticas corporais diversas e suas possibilidades nas ações do convênio;
- Auto-organização comunitária e participação popular;
- Planejamento e organização de eventos: Orientações teórico-metodológicas.
- Formação em serviço

1.3 Formação em Serviço

Deve ocorrer durante todo o período de duração do convênio, em reuniões semanais que servirão para estudo, troca de ideias, planejamento, palestras e oficinas, em cada um dos núcleos, com organização, financiamento e realização sob responsabilidade da entidade conveniada. Poderão ser realizados momentos de estudo e trocas de experiências entre um ou mais núcleos. A entidade poderá solicitar autorização do ME/SNELIS/CGAO/CGPEL para aproveitar os recursos não utilizados e/ou rendimento de aplicação para a contratação do palestrante que atuará nesse módulo. A solicitação deve conter o conteúdo a ser desenvolvido e será analisada, podendo ser ou não deferida. Para tanto, precisam ser observadas as restrições existentes na legislação de convênios. Devem ser incentivados que os temas deste momento de formação surjam a partir das próprias dificuldades e dilemas encontrados no campo de atuação. Podem ser chamadas pessoas que estejam habilitadas para atender as especificidades do Programa local.

São objetivos da Formação em serviço:

- Aprofundar conceitos e conteúdos acerca do esporte e do lazer no contexto do PELC, tendo como base as características principais da população atendida;
- Planejar, de forma participativa, as atividades sistemáticas e assistemáticas dos núcleos;
- Qualificar os registros: elaboração de texto, relato de experiência, relatórios, questionários, pesquisas de campo, instrumentos de avaliação, etc;

- Abordar temas de interesse do público alvo do Programa, com vistas à qualificação das atividades;
- Desenvolver metodologias de avaliação processual das atividades e do desempenho dos agentes e execução do convênio.

Sugestão de conteúdos a serem abordados na Formação em Serviço:

- Minorias sociais, acessibilidade e inclusão social;
- Violência;
- Reflexões e vivências de práticas corporais (jogos, esportes, danças, lutas, ginásticas, etc);
- Saúde e qualidade de vida;
- Ludicidade;
- Integração do PELC com as outras políticas sociais;
- Meio ambiente;
- Orientações quanto às metodologias, mecanismos e instrumentos de avaliação, elaboração de projetos (ex: eventos); gestão democrática e controle social; planejamento de ações de mobilização comunitária;
- Outros conteúdos diretamente ligados a demandas e necessidades de aprofundamento de determinados temas do PELC.

Sugestão de Metodologias para Formação em Serviço:

- *Reuniões periódicas* de planejamento e avaliação das atividades (devem constar na grade horária dos núcleos);
- *Cursos, oficinas e palestras* que se apresentam no cotidiano das ações da formação em serviço, no sentido de manter o diálogo permanente acerca dos limites e possibilidades do funcionamento sistemático e assistemático dos núcleos, possibilitando a vivência dos conteúdos e atividades do Programa;
- *Atividades de campo* no sentido de ampliar as ações dos agentes e da comunidade atendida e beneficiada pelo núcleo, em reuniões com os diferentes segmentos de interesse (peladeiros, grupos de dança popular, grupos de ginástica, grupos de capoeira, etc.);
- *Registro e monitoramento (ações avaliativas)* para construir e registrar o fazer pedagógico do núcleo, incluindo questões de planejamento das oficinas e eventos, a história da comunidade no funcionamento do núcleo, os resgates de suas manifestações populares, a constituição de associações

representativas e a formação de grupos esportivos e de dança, teatro ou música.

- *Intercâmbio entre núcleos, projetos sociais e entidades* que, num mesmo município, constroem experiências diferentes, em função de suas necessidades locais, seu território e seus espaços.
- *Construção e participação em eventos, encontros, seminários e congressos* para democratizar as experiências construídas nos núcleos na perspectiva da divulgação, e sob o ponto de vista da experimentação, em outras regiões.

Sugere-se que o processo de formação em serviço seja acompanhado, à distância, pelo(s) formador(es) que desenvolveu(eram) os módulos introdutórios. O(s) formador(es) deverá(ão) retornar nos módulos de avaliação.

1.4 Módulos de Avaliação I e II

Os Módulos de Avaliação I e II (AV I e AVI II) são realizados no decorrer do processo de desenvolvimento das atividades dos núcleos do PELC:

AV I - deve ocorrer no 14º mês do convênio, que é o 10º mês de pleno desenvolvimento das atividades;

AV II – deve ocorrer no 22º mês do convênio, que corresponde ao 18º mês de pleno desenvolvimento das atividades.

Ambos os módulos deverão ser desenvolvidos por formadores do PELC e terão cada um, 16 horas de duração, distribuídas em dois dias de atividades.

São objetivos dos Módulos de Avaliação do PELC:

- Preparar uma síntese das atividades realizadas, para avaliação do grupo: relatos de experiências organizados pelos coordenadores e agentes;
- Apresentar uma síntese da atuação da entidade de controle social e do grupo gestor do convênio;
- Definir as ações que objetivem potencializar os pontos fortes e minimizar as fragilidades;
- Revisar os conteúdos abordados no Programa a partir da necessidade dos agentes;
- Planejar uma ação de impacto para encerramento do convênio e quando necessário, para aumentar a adesão no programa;
- Preparar instrumentos de avaliação do PELC: de resultado, processo e impacto;
- Sistematizar uma proposta coletiva de continuação da política pública (municipalização).

Sugestão de conteúdos a serem abordados no Módulo AV I do PELC:

- Planejamento participativo,
- Avaliação processual,
- Técnicas de avaliação (construção de instrumentos);
- Autogestão comunitária.

Sugestões de conteúdos a serem abordados no Módulo AV II do PELC:

- Avaliação processual: Aprofundamento;
- Funcionamento dos Núcleos e impactos identificados;
- Políticas públicas e sociais de lazer: Desafios para a gestão democrática e perspectivas de continuidade das ações do programa.

Metodologia dos Módulos de Avaliação:

A programação deve contemplar visita aos locais de funcionamento das atividades, bem como, momentos junto à comunidade envolvida – avaliação pela comunidade, apresentações diversas dos conteúdos trabalhados, etc.

1.5 Sugestões de material didático para fundamentar a formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade

Filmes/curtas:

- “La Maison en Petits Cubes”
https://www.youtube.com/watch?v=O_2Sc8fD_Kc
- “Ilha das flores”
<https://www.youtube.com/watch?v=e7sD6mdXUyg>
- “Invenção da Infância”
<https://www.youtube.com/watch?v=xfLLPMDkDtA>
- “Vida Maria”
<https://www.youtube.com/watch?v=R2pEeVqShe4>
- “Tarja Branca”
<https://www.youtube.com/watch?v=dadvMzBqldI>

- “Filhos do Paraíso”
<https://www.youtube.com/watch?v=qf-TBppelvE>
- “Escritores da liberdade”
<https://www.youtube.com/watch?v=9oD77Rz6UZM>
- “Vem dançar”
<https://www.youtube.com/watch?v=brYzPpdE5R>
- “O Jarro”
<https://www.youtube.com/watch?v=LC-S0fTMY-M>

Referências bibliográficas

- ALVES, Rubem. Construir povos. *In: Conversas sobre Política*, 2ª ed. Campinas: Verus, 2002.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação*. SP: Brasiliense, 1983.
- DEMO, Pedro. *Avaliação qualitativa*. SP: Cortez, 1987.
- FERREIRA, M. P. A; MARCELLINO, N. C. *Brincar, Jogar, Viver*. programa esporte e lazer na cidade volume II – nº 01 2007.
- FERREIRA, M. P. A; MARCELLINO, N. C. *Brincar, Jogar, Viver*. programa esporte e lazer da cidade volume I 2007.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. RJ: Paz e terra, 1982.
- GOMES, Christianne L. (org). *Dicionário crítico de lazer*. Belo Horizonte: Autentica, 2004.
- GOMES, Christianne L. Lazer: Necessidade humana e dimensão da cultura. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer - RBEL*, v. 1, p.3-20, 2014. Disponível em: <https://seer.lcc.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/327/227>. Acesso em 15 dez. 2014.
- ISAYAMA, Helder Ferreira, LINHALES, Meily A. (Orgs.). *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2008.
- MARCELLINO, N. C. *Formação e Desenvolvimento de Pessoal em Lazer e Esporte*. Campinas, SP. Papyrus, 2003.
- MARCELLINO, N. C. *Pedagogia da Animação*. 4ª Ed. Campinas, SP. Papyrus, 2002.
- MARCELLINO, Nelson de Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas: Papyrus, 1995.
- MARTIN, Marilena F. *O Homem Lúdico*. Associação Internacional pelo Direito da Criança Brincar, (s/d).

MASCARENHAS, Fernando. "Lazerania" também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. In: Movimento. Porto Alegre. Vol.10, n. 2, p.155 - 182; mai/ago. 2004.

MASCARENHAS, Fernando. Em busca do ócio perdido: Idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer. In: PADILHA, Valquíria (Org.). Dialética do lazer. São Paulo: Cortez, 2006.

MASCARENHAS, Fernando. Lazer e Utopia: limites e possibilidades de ação política. In: Movimento. Porto Alegre. Vol.11, n. 3, p.155 - 182; setembro/dezembro de 2005.

MELO, Victor Andrade de. A Cidade, O Cidadão, O Lazer e a Animação Cultural. Disponível em: http://grupoanima.org/wp-content/uploads/anim_cult_cidade_livro_licere.pdf

MELO, Victor Andrade de. *Lazer e minorias sociais*. São Paulo: IBRASA, 2003.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *A Análise das Políticas Públicas*. Pelotas/RS: EDUCAT, 2002.

PADILHA, Valquíria (org.). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.

PINTO, Leila Mirtes. *Como fazer projetos de lazer: elaboração, execução e avaliação*. Campinas, Papirus, 2007.

PNUD. Esporte como estratégia de desenvolvimento social e econômico: programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, 2001. <http://www.pnud.org.br/projetos/governanca/visualiza.php?id07=44> (acesso dia 13 de maio 2011).

RAMOS, M. L. B. C. (Org.). *Formação no programa esporte e lazer da cidade*. Brasília: Fields, 2011.

SANTIN, Silvino. *Educação Física: da alegria do lúdico à opressão do rendimento*. 3 ed. Porto Alegre: EST edições, 2001.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 9.ed. São Paulo: Autores Associados, 1989.

SOUSA, Eustáquia Salvadora [et al.]. *Sistema de monitoramento e avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte*. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, jul./dez., 2006.

STIGGER, Marco Paulo. *Esporte, Lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico*. Campinas, SP: Autores Associados chancela editorial CBCE, 2002.

STIGGER, Marco Paulo. Participação Popular na Gestão do Espaço Público de Lazer: um caminho percorível na construção da utopia democrática. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Políticas Públicas Setoriais de Esporte e lazer: O Papel das prefeituras*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. p.117-133.

TURRA, Glória Maria G. et al. *Planejamento de ensino e avaliação*. Porto Alegre: Sagra, 1988.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar*. SP: Libertad, 1998.

ZUCHETTI, Dinorá Tereza; MOURA, Eliana. *Explorando cenários: educação não escolar e pedagógica social*. Revista Educação Unisinos, São Leopoldo, vol 10, n.3, p. 228-236, 2006. Disponível em:http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_educacao/vol10n3/art07_moura.pdf Acesso em: 15 de julho 2011.

Ministério do
Esporte



UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

PROPOSTA DE FORMAÇÃO DO PROGRAMA VIDA SAUDÁVEL



VIDA SAUDÁVEL
É tempo de viver melhor

Universidade Federal de Minas Gerais
Ministério do Esporte – SNELIS – CGEPEL
2016

2. O Programa Vida Saudável

Na busca por garantir o direito da pessoa idosa frente às políticas públicas de esporte e lazer, o Ministério do Esporte, através da SNELIS, decide reconhecer o “Vida Saudável” como um Programa Social que, até 2011, era um dos núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

O Programa Vida Saudável (VS) possibilita a prática de atividades físicas, culturais e de lazer para a pessoa idosa, estimulando a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o lazer e o esporte sejam tratados como políticas públicas e direito de todos.

Para qualificar o VS, discussões foram empreendidas no Encontro de formadores do PELC realizado em Vitória-ES em março de 2014. Essa iniciativa contou com a participação de várias pessoas, que foram reunidas no grupo de trabalho sobre o Programa Vida Saudável.¹

Dos diálogos coletivamente desenvolvidos, chegou-se à proposta de definição do **objetivo central** do Programa Vida Saudável: democratizar o lazer e o esporte para pessoas idosas na perspectiva da Promoção da Saúde.

Os debates sobre a Promoção da Saúde foram empreendidos desde a década de 1970 em países da Europa, no Canadá e nos Estados Unidos. Em seus primórdios, vincula-se fortemente às noções de estilo de vida e risco epidemiológico, possuindo caráter liberal e comportamentalista. A partir da década de 1980, a Promoção da Saúde assumiu perspectivas críticas e radicais. Entra em cena a visão de que saúde é resultante de condições de alimentação, habitação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde. É assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida sociais (MINAYO, 1992). Nessa perspectiva, a Promoção da Saúde passa a ser vista como um meio de contribuir para mudanças sociais, como uma forma de deslocar a ênfase na medicalização do sistema de saúde para o enfoque em políticas públicas e ações multisetoriais. Nesse sentido, o desenvolvimento comunitário e o *empowerment* são apontados como elementos chaves do processo de capacitação dos cidadãos para que, coletivamente, lutem pelo direito social à plena saúde.²

A partir do objetivo central desdobram-se os seguintes **objetivos específicos** do VS:

¹ Participaram do grupo de discussão sobre o Programa Vida Saudável em Vitória: Aniele Assis, Antonieta Alves, Carlos Fernando Cunha Jr., Danusa Dias Soares, Evilásio Martins Vieira, Joelma Cristina Gomes, Keni Vazzoler, Liana Romera, Luiz Carlos Lira, Marcia Soares, Silvana Regina Echer e Silvano Coutinho. Representantes do Ministério do Esporte: Ana Elenara da Silva Pintos, Gabriela Ghislene, Sthefany Syandra e Christianne Luce Gomes/UFGM.

² MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1992.

- Desenvolver ações voltadas para pessoas idosas, predominantemente, a partir de 60 anos nos núcleos de esporte e de lazer;
- Estimular a intersetorialidade e a gestão participativa entre os sujeitos locais direta e indiretamente envolvidos;
- Orientar entidades convenientes para estruturar e conduzir políticas públicas de lazer e de esporte para pessoas idosas baseadas na educação popular;
- Promover e estimular a formação continuada de gestores e agentes sociais de lazer e esporte, com vistas a intervir junto ao público idoso;
- Incentivar a organização coletiva de eventos de lazer e esporte para envolver a população local;
- Garantir a apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo, reconhecendo e valorizando a cultura local.

O Programa Vida Saudável prioriza o protagonismo da pessoa que envelhece na perspectiva da emancipação humana e do desenvolvimento comunitário; valorizando a diversidade cultural local e a intergeracionalidade; fomentando o respeito à diversidade sexual, étnica e religiosa, entre outras; implementando e ampliando as ações intersetoriais com Ministérios, secretarias estaduais e municipais, instituições de Ensino Superior e outros setores da sociedade. Visa, ainda, contribuir para que as ações de lazer e de esporte avancem do atual estágio de política de governo para a dimensão mais ampla de Política de Estado.

Neste sentido, as diretrizes norteadoras dos processos pedagógicos do VS são as seguintes:

- Auto-organização comunitária;
- Trabalho coletivo;
- Protagonismo da pessoa que envelhece;
- Valorização da cultura local;
- Valorização dos saberes das pessoas idosas;
- Respeito à diversidade (cultural, geracional, sexual, étnica e religiosa);
- Intersetorialidade;
- Municipalização.

As atividades sistemáticas realizadas nos núcleos do VS necessitam contemplar os interesses da cultura corporal e lúdica para a pessoa idosa, sendo organizadas na forma de oficinas, com frequência mínima semanal, de

caráter permanente e/ou rotativo, de acordo com as características e interesses da comunidade.

Sugere-se que sejam previstas **oficinas** diversas, tais como:

- Exercícios físicos (terrestres ou aquáticos): alongamento, caminhada, ginástica, natação, hidroginástica, watsu, yoga, pilates, shiatsu, etc.;
- Atividades esportivas: voleibol, handebol, basquete, futebol, esportes de aventura, tênis de mesa, câmbio, etc.;
- Lutas: caratê, judô, taekwondo, etc.;
- Atividades culturais e artísticas: música, teatro, artesanato, filmes, salas de leitura, etc.;
- Danças: regionais, contemporâneas, clássicas, ginástica coreografada, etc.;
- Capoeira e suas adaptações;
- Jogos populares e de salão;
- Jogos cognitivos: dama e xadrez;
- Contação de histórias, teatro e dramatizações;
- Outras possibilidades de manifestações da cultura corporal do movimento, além das relatadas acima, que atendam às diretrizes do programa.

As oficinas deverão contemplar os interesses do público alvo, sendo imprescindível a adaptação das atividades às pessoas idosas com deficiência (limitação física, mental, sensorial ou múltipla).

Deve estar prevista a possibilidade de diálogo com a cultural local e o fortalecimento da diversidade cultural, promovendo interface das mais variadas manifestações e suas gerações.

Atividades diversificadas facilitam a participação de públicos diferenciados; portanto, a garantia dessa diversidade para a pessoa idosa deve ser tratada como prioridade pelo gestor, e desenvolvida com cautela pelos agentes sociais.

Os agentes sociais é que fazem o Vida Saudável acontecer de fato, pois são personagens principais no que diz respeito à elaboração e à execução das ações pretendidas, pautadas no princípio da gestão participativa. Devem compor o quadro interdisciplinar e multiprofissional para a construção e intervenção dos saberes populares e saberes acadêmicos, a fim de tratar o lazer e esporte como direitos sociais. Como as pessoas idosas constituem um grupo diferenciado, os agentes sociais selecionados precisam se apropriar de conhecimentos sobre o processo de envelhecimento e ter experiência suficiente sobre as atividades que serão desenvolvidas com os participantes. Ademais, os agentes sociais deverão ser desprovidos de preconceitos, sendo imprescindível sensibilidade e conhecimento acerca do processo de envelhecimento. Recomenda-se que aqueles agentes que atuarão diretamente

com as atividades físico-esportivas sejam professores e/ou estudantes de Educação Física, ou orientados por um deles.

É imprescindível o envolvimento de lideranças comunitárias que já desenvolvem atividades (capoeiristas, bailarinos, artistas plásticos, músicos, atores, etc.) nas comunidades a serem atendidas, para a execução do VS junto às pessoas idosas. Podem ser agentes: professores de educação física, educadores populares e comunitários, demais profissionais de áreas afins ao lazer e envolvidos diretamente com a execução do programa. Os agentes sociais selecionados devem ter conhecimento e experiência sobre as atividades que desenvolverão.

A formação presencial do PELC ocorre nos seguintes momentos: Módulo Introdutório I, Módulo Introdutório II, Módulo de Avaliação I, Módulo de Avaliação II e Formação em Serviço. Todas estas etapas possuem, parcialmente, objetivos e conteúdos próprios.

2.1 Módulo Introdutório I

O Módulo Introdutório I (MI I) do programa é desenvolvido por Formadores do PELC e deve acontecer no final do 3º mês do período de estruturação do convênio ou do termo de cooperação, com carga horária de vinte e quatro (24) horas, distribuídas em três dias.

Deverão participar desse primeiro módulo os agentes sociais e coordenadores pré-selecionados. Tal módulo pode funcionar como um dos vários critérios para a contratação dos profissionais que atuarão no programa, o que deverá ocorrer na sequência do módulo de formação (a partir do 4º mês). Este módulo de formação deve reunir um número maior de agentes sociais do que o necessário, visando, assim, suprir eventuais desistências posteriores, elaborando-se uma lista de excedentes. Também deverão participar do Módulo Introdutório os demais atores envolvidos no convênio, como gestores e representantes da entidade de controle social, sendo o convite extensivo a autoridades políticas do município.

É importante frisar a necessidade de efetiva participação e frequência no módulo. No caso de uma frequência inferior a 70% dos agentes sociais e gestores inscritos, o encontro deverá ser suspenso e remarcado, cabendo as despesas desse novo processo à entidade convenente.

Caso haja a necessidade de substituição de agentes sociais durante a execução do convênio, não havendo suplentes, a entidade deverá desenvolver uma formação específica, no mesmo modelo do módulo realizado anteriormente (objetivos, diretrizes, metodologia, dados sobre a realidade local e desafios).

A concepção metodológica do programa tem base nos pressupostos da Educação Popular: estudo da realidade, organização do conhecimento e aplicação do conhecimento.

Conteúdos sugeridos para o Módulo Introdutório I do VS (3 dias):

- Processo histórico do PELC
- Princípios, objetivos e diretrizes do Programa Vida Saudável;
- Marco Legal – Estatutos e documentos relacionados ao idoso; políticas públicas e sociais; esporte e lazer como direitos sociais; empoderamento e participação social da pessoa idosa;
- Cultura, esporte e Lazer: práticas corporais para pessoas idosas
- Processo de envelhecimento: Acessibilidade, prevenção de quedas e problemas de saúde que mais acometem as pessoas idosas;
- Promoção da Saúde: modelos de atenção à saúde
- Planejamento participativo, organização do trabalho pedagógico e fundamentos teórico-metodológicos do programa, incluindo: composição/funcionamento do Conselho gestor e da Entidade de controle social; educação popular; organização dos núcleos, espaços e equipamentos; atividades sistemáticas e assistemáticas/eventos, grade horária e formação em serviço.

1.2 Módulo Introdutório II

O Módulo Introdutório II (MI II) deve acontecer no 6º mês de existência do convênio, ou seja, no 2º mês de desenvolvimento das atividades, com carga horária de vinte e quatro (24) horas, em três dias de atividades.

O módulo será desenvolvido por Formadores do PELC seguindo os objetivos, diretrizes e a metodologia do programa, os dados sobre a realidade local e os desafios vistos no Módulo Introdutório I.

Conteúdos sugeridos para o Módulo Introdutório II do VS (3 dias):

- Promoção de saúde, Lazer e práticas corporais para pessoas idosas: Aprofundamento;
- Cultura, esporte e lazer: Aprofundamento;
- Auto-organização comunitária e participação popular;
- Espaços, equipamentos e conteúdos no dia a dia do Vida Saudável; acessibilidade e prevenção de quedas;
- Planejamento e organização de eventos: Orientações teórico-metodológicas.

2.3 Formação em Serviço

Deve ocorrer durante todo o período de duração do convênio, em reuniões semanais que servirão para estudo, troca de ideias, planejamento, palestras e oficinas, em cada um dos núcleos, com organização, financiamento

e realização sob responsabilidade da entidade conveniada. Poderão ser realizados momentos de estudo e trocas de experiências entre um ou mais núcleos. A entidade poderá solicitar autorização do ME/SNELIS/CGAO/CGEPEL para aproveitar os recursos não utilizados e/ou rendimento de aplicação para a contratação do palestrante que atuará nesse módulo. A solicitação deve conter o conteúdo a ser desenvolvido e será analisada, podendo ser ou não deferida. Para tanto, precisam ser observadas as restrições existentes na legislação de convênios. Devem ser incentivados que os temas deste momento de formação surjam a partir das próprias dificuldades e dilemas encontrados no campo de atuação. Podem ser chamadas pessoas que estejam habilitadas para atender as especificidades do Programa local.

São objetivos da Formação em serviço:

- Aprofundar conceitos e conteúdos acerca do esporte, do lazer e da saúde no contexto do PELC, tendo como base as características principais da população atendida;
- Planejar, de forma participativa, as atividades sistemáticas e assistemáticas dos núcleos;
- Qualificar os registros: elaboração de texto, relato de experiência, relatórios, questionários, pesquisas de campo, instrumentos de avaliação, etc;
- Abordar temas de interesse do público alvo do Programa, com vistas à qualificação das atividades;
- Desenvolver metodologias de avaliação processual das atividades e do desempenho dos agentes e execução do convênio.

Sugestão de conteúdos a serem abordados na Formação em serviço do VS:

Os conteúdos abordados estarão diretamente ligados a demandas e necessidades de aprofundamento de determinados temas do Programa, para qualificar a execução, atendendo aos princípios, diretrizes, conceitos, concepção e características, apresentados nos Módulos Introdutórios, tais como os listados a seguir.

- Conteúdos gerais: saúde e promoção da saúde; processo de envelhecimento e educação gerontológica; intergeracionalidade, violência, inclusão social de pessoas idosas com deficiência, práticas corporais para o público idoso (jogos, esportes, danças, etc.); linguagens artísticas; instrumentos didático-metodológicos, intersetorialidade e integração com as outras políticas sociais, dentre outros;
- Orientações de trabalho com registros e sistematizações de experiências e intervenções; estimulando a organização de pequenos artigos, relatos de experiência, textos didáticos e documentários;

- Metodologias, mecanismos e instrumentos de avaliação;
- Gestão de políticas públicas;
- Elaboração de projetos (ex: eventos);
- Gestão democrática e controle social;
- Planejamento de ações de mobilização comunitária.

Metodologias sugeridas:

- *Reuniões periódicas* de planejamento e avaliação das atividades (deve constar na grade horária dos núcleos).
- *Cursos, oficinas e palestras* que se apresentam no cotidiano das ações da formação em serviço, no sentido de manter o diálogo permanente acerca dos limites e possibilidades do funcionamento sistemático e assistemático dos núcleos, possibilitando a vivência dos conteúdos e atividades do Programa VS.
- *Atividades de campo* no sentido de ampliar as ações dos agentes e da comunidade atendida e beneficiada pelo núcleo, em reuniões com os diferentes segmentos de interesse (peladeiros, grupos de dança popular, grupos de capoeira).
- *Registro e monitoramento (ações avaliativas)* para construir e registrar o fazer pedagógico do VS, incluindo questões de planejamento das oficinas e eventos, a história da comunidade no funcionamento do núcleo, os resgates de suas manifestações populares, a constituição de associações representativas e a formação de grupos esportivos e de dança, teatro ou música.
- *Intercâmbio entre núcleos, projetos sociais e entidades* que, num mesmo município, constroem experiências diferentes, em função de suas necessidades locais, seu território e seus espaços.
- *Construção e participação em eventos, encontros, seminários e congressos* para democratizar as experiências construídas nos núcleos do VS na perspectiva da divulgação, e sob o ponto de vista da experimentação, em outras regiões.

Sugere-se que o processo de formação em serviço seja acompanhado, à distância, pelo(s) formador(es) que desenvolveu(eram) os módulos introdutórios. O(s) formador(es) deverá(ão) retornar nos módulos de avaliação.

2.4 Módulos de Avaliação I e II

Ambos os módulos de Avaliação deverão ser desenvolvidos por formadores do PELC e terão cada um, 16 horas de duração distribuídas em dois dias de atividades.

AV I - deve ocorrer no 14º mês do convênio, que é o 10º mês de pleno desenvolvimento das atividades;

AV II – deve ocorrer no 22º mês do convênio, que corresponde ao 18º mês de pleno desenvolvimento das atividades.

São objetivos dos Módulos de Avaliação do PELC:

- Preparar uma síntese das atividades realizadas, para avaliação do grupo: relatos de experiências organizados pelos coordenadores e agentes;
- Apresentar uma síntese da atuação da entidade de controle social e do grupo gestor do convênio;
- Definir as ações que objetivem potencializar os pontos fortes e minimizar as fragilidades;
- Revisar os conteúdos abordados no Programa a partir da necessidade dos agentes;
- Planejar uma ação de impacto para encerramento do convênio e quando necessário, para aumentar a adesão no programa;
- Preparar instrumentos de avaliação do Vida Saudável: de resultado, processo e impacto;
- Sistematizar uma proposta coletiva de continuação da política pública (municipalização).

Conteúdos sugeridos para o Módulo de Avaliação I do VS (2 dias):

- Planejamento e Avaliação: Aspectos teórico-metodológicos;
- Aprofundamento de conteúdos tratados nos Módulos Introdutórios I e II;
- Vida Saudável e auto-gestão comunitária;
- Funcionamento dos Núcleos;
- Vida Saudável: Avaliação processual.

Conteúdos sugeridos para o Módulo de Avaliação II do VS (2 dias):

- Avaliação processual: Aprofundamento;
- Funcionamento dos Núcleos e impactos identificados;

- Políticas públicas e sociais de lazer para pessoas idosas: Desafios para a gestão democrática e continuidade das ações programa.

2.5 Sugestões de material didático para fundamentar a formação do Programa Vida Saudável

Vídeos (curta-metragens e fragmentos de filmes):

- Lugares comuns - discussão do pai idoso com seu filho
<http://www.youtube.com/watch?v=0szukiZKvVw>
- Sean Penn – curta-metragem: 11 de setembro – enfrentamento da velhice
http://www.youtube.com/watch?v=9h92e_YbTcl
- Geri's game - velhice
<http://www.youtube.com/watch?v=03T2pKO8ltE>
<http://www.youtube.com/watch?v=9IYRC7g2ICg>
- The mirror - da infância à velhice
<http://www.youtube.com/watch?v=DCJiEHa7oOc>
- O curioso caso de Benjamin Button
<http://www.youtube.com/watch?v=mgOgWP9KLvA>
- Meu estranho avô
http://www.youtube.com/watch?v=wYBpxPRn_nw
- A vovó do rap
<http://www.youtube.com/watch?v=SyH0hf8D3vM>
- Curta-metragem Metamorfose
https://www.youtube.com/watch?v=cMGtB0h_LA0

Referências bibliográficas

ALVES JUNIOR, Edmundo D. Procurando superar a modelização de um modo de envelhecer. **Movimento**. Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 57-71, maio/agosto de 2004. Disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2840/1453>. Acesso 02 jan. 2015.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

BAGRICHEVSKY, Marcelo; PALMA, Alexandre; ESTEVÃO, Adriana (Org.). **A saúde em debate na Educação Física**. Blumenau: Ediber, 2003. Vol. 1.

Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0CDMQFjAD&url=http%3A%2F%2Fbvsms.saude.gov.br%2Fbvs%2Fpublicacoes%2Fsaude_debate_educacao_fisica_v1.pdf&ei=7JSmVNPVMMGhNvOigOAI&usg=AFQjCNFhbsiAkWP4Q_DAsAcUYS1st68u9g&sig2=Zq-kYQS0Z-dUO8LWrBI_Cg. Acesso em 30 dez. 2014.

BAGRICHEVSKY, Marcelo; PALMA, Alexandre; ESTEVÃO, Adriana; DA ROS, Marco (Org.). **A saúde em debate na Educação Física**. Blumenau: Nova Letra, 2006. Vol. 2. Disponível em:

<http://boletimef.org/biblioteca/2544/livro/Saude-em-debate-na-Educacao-Fisica-v-2.pdf>. Acesso em 30 dez. 2014.

BAGRICHEVSKY, Marcelo; PALMA, Alexandre; ESTEVÃO, Adriana (Org.). **A saúde em debate na Educação Física**. Ilhéus: Editus, 2007. Vol. 3. Disponível em: <http://www.boletimef.org/biblioteca/2810/livro/Saude-em-debate-na-Educacao-Fisica-v-3.pdf>. Acesso em 30 dez. 2014.

BENJAMIN, Walter. Ócio e ociosidade. In: _____. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. 3.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. (Resenha sobre a obra:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642008000100008&script=sci_arttext)

BRASIL. ESTATUTO DO IDOSO. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/PAULOPAIM/pages/vida/publicacoes/textos/Estatuto_do_idoso.pdf>. Acesso em: 02 set. de 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Glossário Temático: Promoção da saúde**. Brasília, 2013.

Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_promocao_saude_1ed.pdf. Acesso em 2 jan. 2015.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ipea.gov.br%2Fportal%2Findex.php%3Foption%3Dcom_content%26view%3Darticle%26id%3D5476&ei=3qCmVPPPhlMZNs-tgegO&usg=AFQjCNH7_BYUFRRawJnC9LW82_A-YhDp1A&sig2=KMRI-VeKP8DaWHpW8pvpepQ&bvm=bv.82001339,d.eXY.

Acesso em 29 dez. 2014.

CARVALHO, Joana; SOARES, José M.C. Envelhecimento e força muscular: breve revisão. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, V.4, N.3, p.79-93, 2004. Disponível em: <http://athlon-esportes.com/wp->

<content/uploads/2013/06/Idoso-Envelhecimento-e-for%C3%A7a-muscular-breve-revis%C3%A3o.pdf>. Acesso em 2 jan. 2015.

DEBERT, Guita G. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Edusp: Fapesp, 1999.

Disponível em:

http://books.google.com.br/books?id=juwrAjXrnCYC&printsec=frontcover&hl=pt-br&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em 02 jan. 2015.

DEBORTOLI, José Alfredo O. Lazer, envelhecimento e participação social. *Licere*. Belo Horizonte, V.15, N.1, p.1-29, mar. 2012. Disponível em:

<https://seer.lcc.ufmg.br/index.php/licere/article/view/468/360>. Acesso em 30 dez. 2014.

FERNANDES, Maria das Graças M.; GARCIA, Loreley G.O. O sentido da velhice para homens e mulheres idosos. **Saúde e sociedade**. São Paulo, V.19, N.4, p.771-783, 2010. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902010000400005&script=sci_arttext. Acesso em 29 dez. 2014.

FRAGA, Alex B.; CARVALHO, Yara M.; GOMES, Ivan Marcelo. (Org.). **As práticas corporais no campo da saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013.

FREITAS, Elizabete V. Demografia e epidemiologia do envelhecimento. In: PY, Ligia *et al.* (Org). **Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais**. Rio de Janeiro: Nau, 2004.

FREITAS, Elizabete V.; PY, Ligia; GORZONI, Milton. (Org). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

GOLDEMBERG, Mirian. **Coroas: Corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. Disponível em:

https://books.google.com.br/books?id=NoagpfhdSxMC&printsec=frontcover&dq=Coroas:+Corpo,+envelhecimento,+casamento+e+infidelidade&hl=pt-BR&sa=X&ei=S6OmVPb_FoGoNsevtqAM&ved=0CCcQ6AEwAA#v=onepage&q=Coroas%3A%20Corpo%2C%20envelhecimento%2C%20casamento%20e%20infidelidade&f=false. Acesso em 02 jan. 2015.

GOMES, Christianne L.; PINHEIRO, Marcos, LACERDA, Leonardo. Lazer, turismo e inclusão social: Intervenção com idosos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Disponível em: <http://grupootium.wordpress.com>. Acesso em 15 dez. 2014.

GOMES, Christianne L. Lazer: Necessidade humana e dimensão da cultura. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer - RBEL*, v. 1, p.3-20, 2014. Disponível em: <https://seer.lcc.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/327/227>. Acesso em 15 dez. 2014.

KOMATSU, Ricardo S. **Aprendizagem baseada em problemas: sensibilizando o olhar para o idoso**. Londrina: Rede Unida; Rio de Janeiro:

Associação Brasileira de Educação Médica; São Paulo: Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia do Estado de São Paulo, 2003. (Resumo disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832003000200018&script=sci_arttext).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1992.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_pessoa_idosa.pdf. Acesso em: 30 dez. 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes para o Cuidado das Pessoas Idosas no SUS.

NERI, Anita L. (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e perspectivas na terceira idade**. São Paulo: Editora Perseu Abramo/Edições SESC SP, 2007. (Sinopse disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/livros/idosos-no-brasil-vivencias-desafios-e-expectativas-na-terceira-idade>)

NERI, Anita L. (Org.). **Fragilidade e qualidade de vida na velhice**. Campinas: Alínea, 2013.

NERI, Anita L.; DEBERT, Guita G. **Velhice e sociedade**. Campinas: Papyrus, 1999.

OSORIO, Augustin. Animação sociocultural na terceira idade. In: PEREIRA, José D.L.; VIEITES, Manuel Francisco; LOPES, Marcelino S. **A animação sociocultural e os desafios do século XXI**. [Ponte de Lima]: Intervenção - Associação para Promoção e Divulgação Cultural, 2008.

PEIXOTO, Clarice E. Histórias de mulheres, de envelhecimento e sexualidade. XXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1998. **Anais...** Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&qid=5297&Itemid=360. Acesso em 02 jan. 2015.

PELOSO, Ranulfo. **Aprendendo e ensinando uma nova lição: educação popular e metodologia popular**. 2005. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFiAA&url=http%3A%2F%2Fwebsmed.portoalegre.rs.gov.br%2Fescolas%2Fquintana%2Feducacao_popular_ranulfo_peloso.htm&ei=iaimVLqiEcGqgwTX8IDgBQ&usq=AFQjCNGI2qOA5onsJDHiGVT5oFmniGABhw&sig2=qiknYaK2k452j9TbcU_X-A&bvm=bv.82001339,d.eXY. Acesso em 02 jan. 2015.

PY, Ligia. **Testemunhas vivas da história**. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

PY, Ligia *et al.* (Org.). **Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais**. Rio de Janeiro: Nau, 2004.

STREY, Marlene N.; CABEDA, Sonia L.; PREHN, Denise R. (Org.). **Gênero e cultura: Questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. Disponível em:

http://books.google.com.br/books?id=W2NJdZYNTqIC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em 02 jan. 2015.

Marcos Legais:

- **Política Nacional do Idoso – Lei nº 8.842/1994** – Reafirma diretrizes previstas na Constituição Federal e cria o Conselho Nacional do Idoso
- **Estatuto do Idoso – Lei 10.741 de 1/10/2003** – Art 3º - “É obrigação da família, da comunidade, da Sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.”
- **Lei nº 11.433 de 28/12/2006** - Institui o dia nacional do idoso celebrado no dia 1º de outubro de cada ano.
- **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa – Portaria nº 2.528 de 19/10/2006** – “Tem como finalidade recuperar, manter e promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos, direcionando medidas coletivas e individuais de saúde para esse fim.”
- **Comissão Intersetorial de Saúde da Pessoa Idosa do Conselho Nacional de Saúde** – acompanha a implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e do Estatuto do Idoso.
- **Decreto Presidencial nº 8.114/2013 – Compromisso Nacional para Envelhecimento Ativo** – Parceria entre as políticas públicas para monitorar ações desenvolvidas visando promoção do envelhecimento ativo e garantir a articulação entre órgãos e entidades públicas.

Diretrizes para o cuidado das pessoas idosas no SUS: proposta de modelo de atenção integral, lançado em 2014.

Ministério do
Esporte



UF *m* G
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

PROPOSTA DE FORMAÇÃO DO PELC PARA POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



Povos e Comunidades
Tradicionais - PELC

Universidade Federal de Minas Gerais
Ministério do Esporte – SNELIS - CGEPEL

2016

3.O PELC para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais – PCT

Trata-se de núcleos voltados especificamente para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, conforme estabelecido no Decreto n.º 6040: são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Assim, além dos povos indígenas, o PCT reconhece diversas comunidades tradicionais, tais como: quilombolas, populações ribeirinhas, populações rurais, as comunidades de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais, kalungas, os pomeranos, faxinalenses, as comunidades de fundos, ciganos, geraizeiros, vazanteiros, pantaneiros e demais sujeitos sociais emergentes, cujas identidades coletivas se fundamentam em direitos territoriais e numa autoconsciência cultural.

Esta singularidade recai tanto sobre os conteúdos quanto sobre as metodologias de formação, bem como os próprios sentidos de uma formação voltada para a garantia de direitos de pessoas que vivem contextos específicos em profunda relação com seu território e experiências culturais.

A perspectiva do desenvolvimento de uma Política de Lazer em contextos indígenas e com comunidades tradicionais desafia ampliar a compreensão de outras maneiras de organização da vida social e, nessa direção, indagar como as políticas de direito podem contribuir para a ampliação da cidadania desses povos, fortalecendo suas identidades, suas práticas, possibilidades de apropriação de seu território, e de expressão de suas formas de socialidade.

Todas estas questões vão ao encontro do **objetivo central** do Programa Esporte e Lazer na Cidade, que é o da busca pela democratização do lazer e do esporte recreativo para todas as pessoas na perspectiva do direito, da cidadania e da dignidade da vida social.

Durante o evento realizado em Vitória-ES³, as discussões enfatizaram a necessidade de sistematizar e garantir as especificidades do trabalho com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais. Esta singularidade recai tanto sobre os conteúdos quanto sobre as metodologias de formação, relacionados aos próprios sentidos de uma formação voltada para a garantia de direitos de pessoas que vivem (em) contextos específicos, em profunda relação com seu território e experiências culturais.

A perspectiva do desenvolvimento de uma Política de Lazer em contextos indígenas e de comunidades tradicionais desafia-nos ampliar a compreensão de outras maneiras de organização da vida social e, nessa direção, indagar como as políticas de direito podem contribuir para a ampliação

3 Participaram deste grupo de trabalho formadores, coordenadores regionais e gestão PELC/UFMG: Ricardo Garcia, Lucilia Matos, José Nildo Caú, Maria Leonor Brenner Ceia Ramos, Eneida Feix, Paulo Lacerda, Sheylazarth P. Ribeiro, Carmen Lília, Arthur José Medeiros de Almeida, Marie Luce Tavares, Marcília de Sousa Silva, Khellen Correia e José Alfredo Oliveira Debortoli.

da cidadania desses povos, fortalecendo suas relações, suas práticas e possibilidades de apropriação de seu território e de expressão de suas formas de socialidade.

A elaboração de um processo de formação de agentes que realizam trabalhos com povos indígenas e populações tradicionais implica o reconhecimento e a compreensão de uma dinâmica de experiências cotidianas que implicam relações identitárias e territoriais. Uma política de lazer, nessa direção, vai ao encontro da urgência de encontrarmos respostas aos desafios cotidianos da vida desses povos, nesses contextos, onde também se inclui o direito ao lazer.

Objetivos dos processos de formação do PCT

O desenvolvimento comunitário e a efetivação de direitos sociais constituem elementos chaves para que todos os cidadãos, coletivamente, conquistem direitos sociais fundamentais. Nessa direção, os processos de formação desenvolvidos no processo de implantação o PELC na especificidade dos contextos indígenas e tradicionais, buscarão:

- Conhecer e refletir sobre a realidade local;
- Apresentar os princípios, as diretrizes, os objetivos e operacionalização do PELC aos agentes envolvidos;
- Elaborar procedimentos para operacionalizar o Planejamento Pedagógico do convênio aprovado pelo Ministério do Esporte;
- Discutir instrumentos e metodologias para o desenvolvimento e avaliação das ações de implantação do Programa;
- Destacar os princípios para o planejamento participativo com vistas a subsidiar a construção do projeto político-pedagógico do convênio do PELC;
- Planejar as ações sistemáticas e assistemáticas do convênio, delineando a *grade horária* dos núcleos, observadas as cargas horárias dos agentes sociais, as diretrizes que preveem atividades diversificadas e em diversos turno, bem como as especificidades locais.

Enfatiza-se, assim, a importância de conhecer e destacar práticas, conceitos e significados que emergem de realidades tão diferentes.

Propõe-se, nessa direção, que as propostas e os módulos de formação sejam permanentemente adequados aos contextos de formação. Por isso a importância de uma abertura e de uma flexibilização das diretrizes diante das especificidades do o trabalho com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.

Seguindo os princípios do Programa, o Módulo Introdutório I (MI I) é desenvolvido por Formadores do PELC e deve acontecer no final do 3º mês do período de estruturação do convênio ou do termo de cooperação do convênio, com carga horária de vinte e quatro (24) horas, distribuídas em três dias.

Deverão participar desse primeiro módulo os agentes sociais e coordenadores pré-selecionados. Tal módulo pode funcionar como um dos vários critérios para a contratação dos profissionais que atuarão no programa, o que deverá ocorrer na sequência do módulo de formação (a partir do 4º mês). Este módulo de formação deve reunir um número maior de agentes sociais do que o necessário, visando, assim, suprir eventuais desistências posteriores, elaborando-se uma lista de excedentes. Também deverão participar do Módulo Introdutório os demais atores envolvidos no convênio, como gestores e representantes da entidade de controle social, sendo o convite extensivo a autoridades políticas do município.

É importante frisar a necessidade de efetiva participação e frequência no módulo. No caso de uma frequência inferior a 70% dos agentes sociais e gestores inscritos, o encontro deverá ser suspenso e remarcado, cabendo as despesas desse novo processo à entidade conveniente.

Caso haja a necessidade de substituição de agentes sociais durante a execução do convênio, não havendo suplentes, a entidade deverá desenvolver uma formação específica, no mesmo modelo do módulo realizado anteriormente (objetivos, diretrizes, metodologia, dados sobre a realidade local e desafios).

A concepção metodológica aplicada tem base nos pressupostos da Educação Popular: estudo da realidade, organização do conhecimento e aplicação do conhecimento.

Aspectos específicos do trabalho com povos indígenas e comunidades tradicionais. Destacamos a importância de:

- Conhecer e valorizar os contextos, realidades e práticas locais.
- Promover e fortalecer o registro e a contextualização histórica e identitária de cada povo: suas práticas, sua territorialidade; seus propósitos sociais; e as demandas próprias por direitos.
- Entender o trabalho com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais como uma ação política que valoriza a força da cultura e a existência histórica desses contextos.

3.1 Indicações metodológicas para a formação com povos indígenas e comunidades tradicionais:

- Aos processos de formação, se impõe prever e organizar, preliminarmente, um tempo/processo distinto para conhecer, registrar, estabelecer contatos e relações com lideranças e população. Compreender as realidades locais é um princípio que antecede à elaboração de conteúdos e metodologias, bem como o desenvolvimento de um processo de formação em diálogo com a dinâmica da vida das populações tradicionais e indígenas.

- Entendemos ser necessário constituir um grupo de formadores para o trabalho com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais. É importante elaborarmos uma sistemática de registros e trabalhos desenvolvidos, que também são processos de produção de conhecimento.

Para os processos de formação:

- Destacamos a necessidade de uma outra temporalidade para as formações com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, diferente do que já existe, não no sentido de ruptura total com o modelo, mas que possa considerar: as lógicas locais, outros tempos que ampliem os processos de formação; inclusive considerando as distâncias até os territórios, que por vezes os formadores demoram 2 ou 3 dias para chegar até as localidades.
- Sugerimos o estabelecimento de um tempo de presença anterior aos processos de formação que possibilite construir uma relação inicial com as comunidades e suas lideranças, tornando possível o envolvimento e a sensibilidade necessária para compreender e atuar com e a partir da realidade local.
- Desenvolver um **Roteiro** de registros para que essa presença e permanência do formador na comunidade possa subsidiar sua proposta de formação. Propomos uma **Visita Técnica** no formato de imersão que objetive constituir relações e produzir dados para posterior intervenção.
- Propomos uma imersão anterior de 2 dias, fazendo contato com lideranças e comunidade, elaborando registros de campo: escrito, fotográfico e fílmico, para então construir a proposta. Contactar lideranças, identificar conhecimentos, ouvir as demandas que poderão ser tratadas no formato de oficinas. Elaboração conjunta do projeto/proposta de formação.
- Essa imersão possibilitar-nos-á conceber mediações que contemplem tanto as formas locais de experiências corporais e esportivas quanto a importância de ampliação de experiências e práticas. Tais relações é o que nos possibilita fortalecer novos sentidos do direito ao lazer dessas populações, partindo do que já existe e está estabelecido e propondo novas apropriações e possibilidades de práticas de lazer.
- Destacamos a importância de que um número significativo de agentes seja de pessoas dos próprios contextos beneficiados, valorizando os conhecimentos instalados nas tradições das comunidades, entendendo que uma das proposições do PELC é contribuir para o fortalecimento identitário destas populações. Isto não significa minimizar o direito ao conhecimento universal que a experiência e o direito ao lazer contemplam.
- Estimular o registro de suas histórias pelos próprios povos beneficiados, identificando suas práticas corporais e culturais, construindo propostas a partir de elementos das práticas corporais desses povos.
- Os trabalhos que irão acontecer, também, precisam estar envolvidos e harmonizados com as lógicas dos contextos locais para o estabelecimento das oficinas, identificando: acontecimentos significativos, eventos, locais de práticas e horários de funcionamento.

Há que se entender e respeitar a lógica de organização e dinâmica cotidiana da comunidade.

- No quadro de horários e funcionamento é importante garantir certo grau de autonomia para alterar o planejamento pedagógico, legitimando processos próprios da vida local.
- Identificar recursos metodológicos que auxiliem a formação de agentes. Elaborar dados que possam gerar novos materiais para dar suporte aos processos de formação: textos, filmes e documentários.
- Para o monitoramento e avaliação, os diferentes registros materiais do trabalho devem ser o principal instrumento, inclusive do próprio processo de formação.
- Diante de nossas diferentes construções linguísticas pode vir a ser necessário um interprete para fazer as mediações necessárias.
- O formador precisa ter um compromisso com esse tipo de trabalho. É necessário ser alguém que saiba ouvir e respeitar as diferenças; que acolha com humildade a autoridade do outro e coisas que tem a ensinar e compartilhar. Entender que seu trabalho é gerador de autonomia e não de dependência cultural.
- Enfatizamos a importância de realização do trabalho em diálogo com as proposições e supervisão da SEPPIR.

A formação presencial do PCT ocorre nos seguintes momentos: Incursão Preliminar, Módulo Introdutório I, Módulo Introdutório II, Módulo de Avaliação I, Módulo de Avaliação II e Formação em Serviço. Todas estas etapas possuem, parcialmente, objetivos e conteúdos próprios.

Conteúdos/atividades sugeridos:

3.2 Incursão Preliminar (2 dias)

- Contato com lideranças.
- Envolvimento ambiental, territorial, político, cultural e social.
- Produção de Registros.
- Sistematização de sugestões e demandas.

3.3 Módulo Introdutório I

O Módulo Introdutório I (MI I) do programa é desenvolvido por Formadores do PELC e deve acontecer no final do 3º mês do período de estruturação do convênio ou do termo de cooperação, com carga horária de vinte e quatro (24) horas, distribuídas em três dias.

Conteúdos sugeridos para o Módulo Introdutório I do PCT (3 dias)

- Diretrizes do Programa Esporte e Lazer da Cidade e suas relações com os direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais;
- Marco Legal – Estatutos e documentos relacionados aos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais; políticas públicas e sociais; esporte e lazer como direitos e participação sociais;

- Cultura, Alteridade e Territorialidade;
- Cultura, esporte e lazer: concepções e princípios para o trabalho com PCT;
- Práticas corporais, Relações Ambientais e Processos Identitários dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais;
- Planejamento participativo, organização do trabalho pedagógico e fundamentos teórico-metodológicos do programa, incluindo: composição/funcionamento do Conselho gestor e da Entidade de controle social; educação popular; organização dos núcleos, espaços e equipamentos; atividades sistemáticas e assistemáticas/eventos, grade horária e formação em serviço.

3.4 Módulo Introdutório II

O Módulo Introdutório II (MI II) deve acontecer no 6º mês de existência do convênio, ou seja, no 2º mês de desenvolvimento das atividades, com carga horária de vinte e quatro (24) horas, em três dias de atividades.

O módulo será desenvolvido por Formadores do PCT seguindo os objetivos, diretrizes e a metodologia do programa, os dados sobre a realidade local e os desafios vistos no Módulo Introdutório I.

Conteúdos sugeridos para o Módulo Introdutório II do PCT (3 dias)

- PCT: Aprofundamento das relações com as práticas e significados das experiências culturais locais;
- Cultura, lazer e esporte: Aprofundamento conceitual no contexto das experiências culturais locais;
- Políticas públicas e gestão participativa com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais;
- Espaços, equipamentos e conteúdos culturais no cotidiano do PCT;
- Lazer, práticas corporais e experiência cultural dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais: Aprofundamento das relações com as práticas e significados das experiências culturais locais;
- Planejamento e desenvolvimento de oficinas e conteúdos de práticas: Orientações teórico-metodológicas.

3.5 Formação em Serviço

Deve ocorrer durante todo o período de duração do convênio, em reuniões semanais que servirão para estudo, troca de ideias, planejamento, palestras e oficinas, em cada um dos núcleos, com organização, financiamento e realização sob responsabilidade da entidade conveniada. Poderão ser realizados momentos de estudo e trocas de experiências entre um ou mais núcleos. A entidade poderá solicitar autorização do

ME/SNELIS/CGAO/CGEPEL para aproveitar os recursos não utilizados e/ou rendimento de aplicação para a contratação do palestrante que atuará nesse módulo. A solicitação deve conter o conteúdo a ser desenvolvido e será analisada, podendo ser ou não deferida. Para tanto, precisam ser observadas as restrições existentes na legislação de convênios. Devem ser incentivados que os temas deste momento de formação surjam a partir das próprias dificuldades e dilemas encontrados no campo de atuação. Podem ser chamadas pessoas que estejam habilitadas para atender as especificidades do Programa local.

São objetivos da Formação em serviço:

- Aprofundar conceitos e conteúdos acerca do esporte e do lazer no contexto do PCT, tendo como base as características principais da população atendida;
- Planejar, de forma participativa, as atividades sistemáticas e assistemáticas dos núcleos;
- Qualificar os registros: elaboração de texto, relato de experiência, relatórios, questionários, pesquisas de campo, instrumentos de avaliação, etc;
- Abordar temas de interesse do público alvo do Programa, com vistas à qualificação das atividades;
- Desenvolver metodologias de avaliação processual das atividades e do desempenho dos agentes e execução do convênio.

3.6 Módulos de Avaliação I e II

Ambos os módulos de Avaliação deverão ser desenvolvidos por formadores do PCT e terão cada um, 16 horas de duração distribuídas em dois dias de atividades.

AV I - deve ocorrer no 14º mês do convênio, que é o 10º mês de pleno desenvolvimento das atividades;

AV II – deve ocorrer no 22º mês do convênio, que corresponde ao 18º mês de pleno desenvolvimento das atividades.

São objetivos dos Módulos de Avaliação do PCT:

- Preparar uma síntese das atividades realizadas, para avaliação do grupo: relatos de experiências organizados pelos coordenadores e agentes;
- Apresentar uma síntese da atuação da entidade de controle social e do grupo gestor do convênio;
- Definir as ações que objetivem potencializar os pontos fortes e minimizar as fragilidades;

- Revisar os conteúdos abordados no Programa a partir da necessidade dos agentes;
- Planejar uma ação de impacto para encerramento do convênio e quando necessário, para aumentar a adesão no programa;
- Preparar instrumentos de avaliação do PCT: de resultado, processo e impacto;
- Sistematizar uma proposta coletiva de continuação da política pública (municipalização).

Conteúdos sugeridos para o Módulo de Avaliação I do PCT (2 dias)

- Planejamento e Avaliação: Aspectos teórico-metodológicos.
- Auto-gestão comunitária.
- Funcionamento dos Núcleos PCT.
- Avaliação processual.

Conteúdos sugeridos para o Módulo de Avaliação II do PCT (2 dias)

- Avaliação processual: Aprofundamento.
- Funcionamento dos Núcleos PCT e impactos identificados.
- Políticas públicas e sociais de lazer para os Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais: Desafios para a auto-gestão e continuidade das ações programa.

3.6 Sugestões de material didático para fundamentar a formação do PELC para povos indígenas e comunidades tradicionais

Documentários:

- Terras de quilombo (30') – autoria: Tomaz Lima
- Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira (54'). Autoria: Instituto Socioambiental (www.socioambiental.org).
- O arpão e o anzol (6'30"). autoria: Carlos Sautchuk.

Filmes:

- Xingu.
- Paralelo 10.
- Narradores de Javé.

Referências

ALMEIDA, Arthur J. M. de. Esporte, Jogo e Brincadeiras: compreendendo elementos interculturais para uma educação escolar indígena crítica. In. GRANDO, Beleni; PASSOS, Luiz (orgs.). O Eu e o Outro na Escola: contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola. Cuiabá: UFMT, 2010. p. 121 a 128.

ALVARES, Myriam Martins. Kitoko Maxakali: a criança indígena e os processos de formação, aprendizagem e escolarização. *Revista Antropológicas*, ano 8, v. 15, n. 1, 2004.

ALVES, Vânia de Fátima Noronha. *O corpo lúdico Maxakali: desvelando os segredos de um "programa de índio"*. 1999. xxf. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

BERGO, Renata S. *Quando o santo chama: o terreiro de umbanda como contexto de aprendizagem na prática*. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2011.

CARVALHO, Levindo Diniz. *Imagens da infância: brincadeira, brinquedo e cultura*. 2007. xxf. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CODONHO, Camila Guedes. *Ensinando e aprendendo entre crianças: exemplos a partir de uma pesquisa de campo entre os índios Galibi-Marworno do Amapá*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009.

COELHO, Luciano Silveira. *Infância, Aprendizagem e Cultura: as crianças pataxó e as práticas sociais do Guarani*. Dissertação. Mestrado Interdisciplinar em Lazer, UFMG, EEEFTO, 2011.

COHN, Clarice. *A criança indígena: a concepção Xikrin de infância e aprendizado*. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

COLEÇÃO PRÁTICAS CORPORAIS – organização por Ana Márcia Silva e Iara Daminani. Ed. Nauemblu e Arte.

DINIZ, Flávia C. Samba de roda e samba de caboclo no candomblé em Curitiba desde a década de 1960. *IN: Anais / I Encontro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Artes da FAP, Curitiba, 25 e 26 de setembro de 2008*. p. 63 – 72. Curitiba: Faculdade de Artes do Paraná, 2008. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos2009/Extensao/I_encontro_inter_artes/12_Flavia_Diniz.pdf> Acesso em 25/02/2012.

FALCÃO, J.L.; SARAIVA, M.C. (orgs.) *Práticas Corporais no Contexto Contemporâneo*. Copiart, 2009.

GABRIEL, Oldrey P. B. Lazer e religião: algumas aproximações. *IN: MARCELLINO, Nelson C. (org.) Lazer e sociedade: Múltiplas relações*. Campinas: Ed. Alínea, 2008.

GARCIA, Sônia M. C. Um repertório musical de caboclos no seio do culto aos orixás em Salvador da Bahia. 2001. *IN: Ictus – Periódico do PPGMUS/UFBA*. V. 3, p. 109 – 124. 2001. Disponível em: <<http://www.ictus.ufba.br/index.php/ictus/article/viewFile/27/33>> Acesso em 19/12/2012.

GOMES, Ana Maria Rabelo. *Escolarização, estranhamento e cultura*. ANAIS do XV CONBRACE / II CONICE, Recife, 2007.

GONÇALVES, Maria A. R. *O Candomblé e o lúdico*. Rio de Janeiro: Quartet: NEAB – UERJ, 2007.

GRANDO, B. (org.). *Jogos e Culturas Indígenas: possibilidades para a educação intercultural na escola*. Cuiabá: UFMT, 2010.

GRANDO, B.; PASSOS, L. (orgs.). *O Eu e o Outro na Escola: contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola*. Cuiabá: UFMT, 2010.

LARA, L.M. Esporte e Lazer em Comunidades Qulombólas no Paraná: identificando realidades e apontando desafios para implementação e/ou aprimoramento de Políticas Públicas. *Pensar a Prática*, v. 15, n. 1, p. 37-51, jan-mar/2012.

LIMULJA, Hanna *Uma Etnografia da Escola Indígena Fen´Nó à luz da Noção de Corpo e das Experiências das Crianças Kaingang e Guarani*, Dissertação de Mestrado, UFSC, 2007.

NUNES, Angela. *No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças A'uwe-Xavantes*. In: LOPES DA SILVA, Aracy; NUNES, Ângela; MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva (Org.) *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global, 2002.

NUNES, Angela. *Reflexões sobre a contribuição das crianças à vida social: o caso da infância indígena no Brasil*. IN: III Seminário Internacional da Primeira Infância. Porto Alegre, Brasil, 2005.

OLIVEIRA, Melissa Santana de. *Kyringuè i Kuery Guarani: infância, educação e religião entre os Guarani de M'Biguaçu*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis, 2004.

PARAÍSO, Maria Hilda. *Caminhos de ir e vir e caminho sem volta: índios, estradas e rios no sul da Bahia*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1982.

PRADO, R. Viagem pelo conceito de populações tradicionais, com aspas. In: STEIL, C.; CARVALHO, I. C. (orgs.) *Cultura, Percepção e Ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

SANDRONI, C. Samba de roda, patrimônio imaterial da humanidade. *IN: Estudos Avançados*. V. 24, nº 69. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000200023&script=sci_arttext> Acesso em 19/12/2012.

SILVA, A.M.; FALCÃO, J.L. *Práticas Corporais em Comunidades Quilombólas de Goiás*. Goiânia. Editora PUC-Goiás, 2011.

SILVA, Rogério Correia da. *Circulando com os meninos: infância, participação e aprendizagens de meninos indígenas Xakriabá*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

SPAGGIARI, Enrico. *Meu professor é a bola: a dinâmica multifacetada do aprendizado futebolístico*. Revista Ponto Urbe, n.5, v.3, 2009.

TASSINARI, Antonella. *A educação escolar indígena no contexto da antropologia brasileira*. Ilha Revista de Antropologia. n. 1, v. 10, 2008.

TASSINARI, Antonella. *Concepções de infância indígena no Brasil*. Tellus, ano 7, n. 13, p. 11-25, out. 2007.

VELLOSO, Mônica P. As tias baianas tomam conta do pedaço – espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*. V. 3, nº 6, p. 207 - 228. Rio de Janeiro, 1990.

VIANNA, Fernando de Luiz Brito. *Boleiros do Cerrado: índios xavantes e o futebol*. São Paulo: Annablume/FAPESP/ISA, 2008.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Experiências locais e olhares globais: desafios para os moradores do Vale do Jequitinhonha (MG) no campo ambiental. In.

STEIL, C.; CARVALHO, I. C. (orgs.) Cultura, Percepção e Ambiente: diálogos com Tim Ingold. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

Marcos Legais

1- A Constituição Federal (1988): marco de mudança na relação entre o Estado e as comunidades indígenas no Brasil. Observa-se no Artigo 231 do Capítulo VII, que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1998).

2- Declaração das Nações Unidas sobre o direito dos Povos Indígenas (2007): documento elaborado pela Organização das Nações Unidas, no qual se afirma que “os Povos Indígenas são iguais a todos os demais povos e que reconhece ao mesmo tempo o direito de todos os povos a serem diferentes”.

3 - **DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007** - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT

4- **LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973.- Estatuto do Índio**

5- **LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010. - Estatuto da igualdade racial**

6- **LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.- Obrigatório, nas escolas, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.**

ANEXO 1

Síntese dos temas dos módulos de formação – PELC e VS:

PELC MI1:

- apresentar a construção histórica do Programa e diretrizes e objetivos;
- práticas e vivências;
- planejamento participativo;
- lazer, cultura e esporte.
- Minorias, acessibilidade e inclusão e educação popular ficam para serem dialogados ao longo das atividades, conforme a autonomia de cada formador.
- visita e grade horária.

PELC MI2:

- Revisão e aprofundamento dos temas do MI1 (aparecer na programação quais): políticas públicas, animação sociocultural, formação em serviço...;
- Práticas corporais diversas e suas possibilidades nas ações do convênio;
- Auto-organização comunitária e participação popular;
- Planejamento e organização de eventos.

VS MI1:

- Histórico do PELC e VS e diretrizes e objetivos;
- Marco legal;
- Processo de envelhecimento;
- Promoção da saúde;
- Cultura, esporte e lazer: práticas corporais;
- Planejamento participativo e organização do trabalho pedagógico;
- visita e grade horária.

VS MI2:

- Revisão e aprofundamento dos temas do MI1 (aparecer na programação quais): políticas públicas, animação sociocultural, formação em serviço;
- Promoção da saúde;
- Lazer e práticas corporais;
- Auto-organização comunitária e participação popular;
- Planejamento e organização de eventos.
- itens específicos por região.